COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.966, DE 2010

Altera o § 1.º do art. 1.516 e o art. 1.532 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para ampliar os prazos para o registro civil do casamento religioso e de eficácia do certificado de habilitação para o casamento.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ANDRÉ MOURA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Senado Federal, pretende alterar os prazos de registro civil de casamento religioso e de habilitação para o casamento, previstos nos artigos 1516 e 1532 do Código Civil brasileiro (Lei nº 10.406, de 2002).

Alega o autor, basicamente, que:

“...Portanto, a atual semelhança entre os institutos do casamento civil e das uniões paramatrimoniais – estas últimas, objeto de toda sorte de preconceitos ao longo da história – retira o sentido de prazo exíguo fixado para a realização do registro do casamento religioso, pois os nubentes de hoje já não são

compelidos ao casamento pela intolerância social que havia na primeira metade do século passado, e, movidos eles, portanto, exclusivamente pela vontade e o interesse de se casarem, torna-se vazio o comando legal que restringe excessiva e desnecessariamente o prazo para o registro civil do casamento religioso.

A mesma razão alicerça a proposta relativa ao prazo de validade do certificado de habilitação, pois não faz sentido dilatar o prazo para o registro e manter, pela metade, o de validade do certificado de habilitação...”

A esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania compete analisar a proposta sob os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria aqui tratada é de competência da União Federal (art. 22, I), de iniciativa desta Casa (art. 61), não atentando contra quaisquer dos incisos do § 4.º do art. 60, todos da Constituição Federal, sendo o projeto constitucional nestes aspectos.

Não há injuridicidade na proposta.

A técnica legislativa não se encontra de acordo com a Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, pois o art. 1.º não traz o objeto do projeto; a escrita dos números deve ser por extenso, salvo datas, números de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto (art. 11, inc. II, “f”, da LC 95/98).

No mérito, todavia, discordamos do ilustre autor da proposição.

Basta que analisemos o § 3.º do art. 1.516 do CCB que o autor pretende modificar.

Reza este dispositivo que:

“Art. 1.516.....

§ 3.º Será nulo o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.”

Ora, a premência do registro civil do casamento religioso se faz exatamente para que, dentro desse prazo de noventa dias, não haja um casamento civil de qualquer dos seus partícipes, para que não venha contrair núpcias com outrem que não o nubente do cerimonial religioso.

Se dentro do prazo de noventa dias, um dos cônjuges se casa no registro civil, de nada valerá o casamento religioso, pois o casamento civil se sobrepõe a ele.

Em outras palavras, quanto antes houver o registro civil do casamento religioso, mais garantidos estarão os contraentes contra uma eventual defecção do parceiro.

Então, como se há de diferir, procrastinar, o prazo para a inscrição no registro civil do casamento religioso? Isso nos se afigura temerário e pode se voltar contra aqueles a quem o autor pretendia salvaguardar.

Não haveria, desse modo, nenhuma vantagem em aumentar, só por aumentar, o prazo para a inscrição do matrimônio religioso, de noventa para cento e oitenta dias.

Assim, parece-nos que a legislação atual não deva ser modificada, pois não há conveniência e oportunidade na aprovação da matéria.

Nosso voto é, portanto, pela constitucionalidade, juridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei n.º 7.966, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado ANDRÉ MOURA
Relator